



Gabinete da Deputada Mayra Dias

REQUERIMENTO Nº 682 / 2026.

ASSUNTO: Requer à Mesa Diretora, com aquiescência do Soberano Plenário, na forma regimental, com base no art. 116 e art. 120, inciso XI, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, combinado com art. 30, parágrafo 2º, inciso V, da Constituição do Estado do Amazonas, **que envie indicativo ao Excelentíssimo Governador do Estado do Amazonas, Wilson Miranda Lima, para que informe, com a devida urgência, qual a previsão oficial para o pagamento da Data-Base referente ao exercício de 2026, bem como das demais datas-base que permanecem pendentes, observando que, por se tratar de ano eleitoral, a implementação deve ocorrer até 04 de abril, nos termos da legislação vigente.**

Senhor Presidente,
Senhoras Deputadas,
Senhores Deputados;

JUSTIFICATIVA

Como parlamentar, e no exercício de minhas atribuições legais e regimentais, dirijo-me respeitosamente à presença de Vossa Excelência para apresentar a minha legítima preocupação com a situação da classe dos trabalhadores da educação da rede estadual, especialmente diante das perdas salariais acumuladas nos últimos anos, e considerando que a valorização do professor constitui princípio fundamental para o fortalecimento da educação pública, sendo a recomposição salarial instrumento indispensável para assegurar dignidade profissional, motivação e qualidade do ensino, requeiro que o Governo do Estado do Amazonas informe, com a máxima urgência, qual a previsão oficial para o pagamento da Data-Base referente ao exercício de 2026.

Solicito, ainda, esclarecimentos formais acerca da regularização das pendências relativas aos anos anteriores, considerando que, conforme amplamente divulgado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas (SINTEAM), no ano de 2025 a Data-Base foi paga de forma atrasada e sem a devida aplicação retroativa; no ano de 2023 não houve implementação da Data-Base; e no ano de 2022 a recomposição foi realizada de forma incompleta, sem contemplar a integralidade das perdas inflacionárias.

A ausência de recomposição integral nesses exercícios tem ocasionado prejuízos financeiros significativos aos profissionais da educação, impactando diretamente seu poder aquisitivo e gerando insegurança quanto à política de valorização do magistério estadual.

Destaca-se, ainda, que, em razão do ano eleitoral, eventuais revisões gerais da remuneração devem observar o prazo legal, sendo imprescindível que eventual implementação ocorra até 04 de abril do corrente ano, a fim de evitar impedimentos decorrentes da legislação eleitoral e fiscal.



Gabinete da Deputada Mayra Dias

Dessa forma, requer-se que sejam informados: o percentual de recomposição previsto para 2026; o cronograma detalhado de pagamento e a forma de quitação das pendências dos exercícios anteriores.

Diante do exposto, requer-se resposta formal no prazo regimental.

Encaminho o presente Requerimento à sua Excelência, solicitando as providências aqui submetidas a seu exame.

PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 24 de fevereiro de 2026.

MAYRA DIAS
Deputada Estadual-AVANTE